

11 DEZ 1984

O peso da dívida interna

publica

Qual o montante da dívida interna que herdará o próximo governo? Muitas discussões, quase acadêmicas, se travam em torno das cifras, que dependem, por sua vez, de interpretações. Alguns falam em cem trilhões de cruzeiros, outros até em mais. O diretor da área bancária do Banco Central, sr. José Luís Silveira Miranda, afirma que a dívida interna transferida para o novo governo será "apenas" de 70 trilhões de cruzeiros e não deve trazer grandes problemas, pois está sendo montado um esquema para sua rolagem no decorrer de 1985, com base na colocação de títulos públicos no mercado aberto...

Na verdade, 70 ou 80 trilhões significam mais ou menos a mesma coisa, pois essa dívida é corrigida com base na inflação, o que torna inevitável a proximidade dos três dígitos. O que causa mais estranheza é o diretor do Banco Central dizer que a dívida de 70 trilhões não deve causar maior preocupação. Por quê? Ao Banco Central, pode parecer que a situação se acha sob controle.

Quanto a isto, deve-se mais uma vez louvar o trabalho feito pelo sr. Affonso Celso Pastore, que, à frente dessa instituição financeira, vem conseguindo introduzir um pouco de ordem no caos reinante. Nestes últimos meses, tem sido feito um notável trabalho de saneamento da dívida, na medida do possível apoiado numa ação técnica de alta competência profissional, elogiada até pelos observadores do Fundo Monetário Internacional. Mas o impossível não pode nem poderia ser feito. Os homens não fazem milagres.

A dívida interna é crescente, aproxima-se de cem trilhões de cruzeiros e sua rolagem está sendo obtida a custo elevado. Para continuar renegociando essa dívida, trocando papéis vencidos por papéis a vencer, o Banco Central vem sendo obrigado a manter altas taxas de remuneração no mercado, que se propagam a todos os demais segmentos financeiros e setores da economia. Trata-se de algo inevitável, que vem estimulando as altas taxas de juros hoje vigentes

no mercado interno. Desse modo, é totalmente descabido afirmar que a negociação da dívida não constitui problema...

Aliás, essa difícil situação deverá perdurar sob o próximo governo, até que seja atacada a causa principal do endividamento, a saber, o elevado déficit público, que corresponde, sobretudo, às empresas estatais. Segundo estimativas oficiais, o déficit dessas empresas subiu, este ano, para mais de 3,5 trilhões de cruzeiros, só podendo ser coberto pela expansão monetária ou pelo adiamento das dívidas, a juros elevados, fatores estes, ambos, inflacionários. No momento, o governo vem recorrendo aos dois meios, mesmo porque há outros focos de gastos que ainda estão longe de se achar sob controle, como o Sistema Financeiro da Habitação e a Previdência Social.

O sr. Tancredo Neves receberá uma herança pesada, uma dívida que certamente não estará muito distante de cem trilhões de cruzeiros. Precisar, primeiro,

agir com rigor, dando ênfase especial ao processo de desestatização da economia, que deve compreender, além do fechamento das empresas altamente deficitárias, a retração da interferência do Estado nas atividades empresariais. A despeito dos esforços feitos pela comissão de desestatização, ainda subsistem no País, pelo menos, 456 empresas estatais, em nível federal. É este o resultado do continuado processo monumental de estatização da economia, a que se assistiu nos últimos 20 anos.

Segundo informou recentemente o sr. Paulo Nicolo, presidente da Comissão de Desestatização, nos últimos 20 anos, até 1979, foram criadas, em média, duas empresas estatais por mês! Não há nenhum erro gráfico de impressão neste dado, como poderia parecer: duas empresas estatais por mês nos últimos 20 anos! São dados oficiais, que explicam, de certa forma, a dívida interna que terá de ser postergada, em troca de elevadíssimo preço, a ser pago por toda a economia nacional.